



Conferência da Classe Trabalhadora 2022
PROPOSTA de PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
Documento para análise das Centrais Sindicais

CONCLAT - Conferência da Classe Trabalhadora – 2022
EMPREGO, DIREITOS, DEMOCRACIA E VIDA
07 DE ABRIL DE 2022

PROPOSTA DE
PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
[DOCUMENTO PARA DISCUSSÃO NAS CENTRAIS SINDICAIS]

Companheiros e companheiras das Centrais Sindicais e de suas entidades de base,

Nossa unidade de ação e de luta é fundamental para enfrentarmos e superarmos a gravíssima crise que destrói o país, que fragiliza o sistema produtivo, que precariza as condições de trabalho, arrocha os salários, provoca desemprego, joga milhões na pobreza e na miséria, destrói o meio ambiente e ataca a democracia.

Investimos para que a nossa unidade, construída na diferença que nos compõem, gere na classe trabalhadora a força social e política para promover mudanças profundas nessa realidade.

Como já fizemos no passado, vamos incidir no processo de debate eleitoral com propostas. Por isso, iremos lançar no dia 07 de abril a Pauta da Classe Trabalhadora 2022.

Estamos agora na fase de formulação da nossa Pauta e convidamos à participação, analisando e contribuindo com propostas para a Pauta da Classe Trabalhadora.

Esta Proposta de Pauta da Classe Trabalhadora foi produzida a partir dos documentos de Congressos encaminhados pelas Centrais, reunidos e sistematizados pela Comissão Operativa dos Fórum das Centrais Sindicais e com a assessoria do DIEESE.

Próximas etapas para a elaboração da nossa Pauta serão as seguintes:

Etapa de 28 de fevereiro a 20 de março – análise e debate realizado pelas Centrais Sindicais. Cada entidade organizará a análise e o debate desta proposta a seu modo (que reúne conteúdos dos documentos dos Congressos das Centrais Sindicais) e poderá fazer sugestões e propor conteúdos para seu aprimoramento e complemento.

Etapa de 21 de março a 31 de março – sistematização das sugestões encaminhadas pelas Centrais Sindicais e recebidas pela Comissão Operativa do Fórum das Centrais Sindicais. Elaboração da proposta de documento final, contemplando as contribuições recebidas, que será analisado e aprovado pelos presidentes das Centrais Sindicais na reunião do Fórum das Centrais até 31/03. Cada Central encaminhará um único documento reunindo todas as suas propostas até 21/03.

07 de abril – Conferência da Classe Trabalhadora para fazer o lançamento da Pauta da Classe Trabalhadora.



Conferência da Classe Trabalhadora 2022
PROPOSTA de PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
Documento para análise das Centrais Sindicais

A partir de 08 de abril, realização de Encontros Regionais da Classe Trabalhadora para complementar com as propostas locais/regionais a Pauta da Classe Trabalhadora.

A partir de maio, trabalho de base e mobilização para apresentar aos trabalhadores e às trabalhadoras às propostas contidas na Pauta da Classe Trabalhadora. Entregar a Pauta às candidatas e aos candidatos ao executivo e legislativo.

Nosso objetivo é animar o processo unitário de mobilização nas bases sindicais para incidir no processo eleitoral e favorecer iniciativas para eleger candidatos/as comprometidos com a defesa dos interesses da classe trabalhadora.

São Paulo, 28 de fevereiro de 2020.

Comissão Operativa do Fórum das Centrais Sindicais



Conferência da Classe Trabalhadora 2022
PROPOSTA de PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
Documento para análise das Centrais Sindicais

CONCLAT - Conferência da Classe Trabalhadora – 2022
EMPREGO, DIREITOS, DEMOCRACIA E VIDA
07 DE ABRIL DE 2022

PROPOSTA DE
PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
[DOCUMENTO PARA DISCUSSÃO NAS CENTRAIS SINDICAIS]

Os últimos anos foram de muitas dificuldades para a classe trabalhadora brasileira. O país caiu de posição no *ranking* das maiores economias e vem rapidamente se desindustrializando. O desemprego, desde então, sobe progressivamente, assim como a carestia e a miséria, condenando parte significativa do povo à exclusão social.

Os dois últimos governos optaram pelo retrocesso, reafirmando o papel internacional do Brasil como exportador de matéria prima e importador de bens industrializados, escolha que, entre outros prejuízos aos trabalhadores, diminui a oferta de trabalho decente e os investimentos em inovação.

Além disso, o governo busca lançar medidas que oprimem a classe trabalhadora, retirando-lhe cada vez mais direitos, com a finalidade de criar um contingente populacional que, desprovido de recursos, se dispõe a trabalhar em más condições e com baixa remuneração.

É nesse contexto de políticas antissociais e antitrabalhadores, orientadas por uma ideologia que prega o Estado Mínimo e a autorregulação pela dinâmica do mercado, que a pandemia do coronavírus explodiu e evidenciou os desequilíbrios e os conflitos do capitalismo. A pandemia provou que é necessário um Estado forte para amenizar e corrigir distorções que permeiam a vida social e que a atual política econômica, fiscal e tributária neoliberal, que transferem renda dos mais pobres para os mais ricos, precisa ser superada.

As perversas reformas aprovadas desde 2016 pelo Congresso Nacional e a pandemia que enfrentamos desde 2020, que tiveram seus impactos ampliados pelo negacionismo, descaso com a vida, ataques à democracia e pela agenda regressiva adotada em todos os campos da vida nacional pelo governo Bolsonaro - e resistimos.

Agora é necessário olhar para a frente, mobilizar a esperança, reunir a força da classe trabalhadora para alcançar um futuro de mudanças e transformar este país.

O movimento sindical brasileiro sempre teve papel fundamental na construção da democracia, bem como nas conquistas e avanços democráticos do país, especialmente ao representar e defender os direitos da classe trabalhadora, com efeitos positivos sobre o desenvolvimento econômico e a redução das desigualdades sociais.

Agora, temos o desafio de lutar para que a gravíssima crise econômica, social, ambiental, sanitária e política seja superada, os graves retrocessos sejam revertidos e novos direitos sejam conquistados. Essa tarefa se concretizará por meio da construção de um plano de lutas nos locais de trabalho, de moradia, nas ruas e também na participação nas eleições que ocorrerão em outubro.



Conferência da Classe Trabalhadora 2022
PROPOSTA de PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
Documento para análise das Centrais Sindicais

Na Conferência Nacional da Classe Trabalhadora - Conclat, realizada na Praia Grande, São Paulo, em agosto de 1981, o movimento sindical ampliou sua participação no processo político de redemocratização. Na Conclat, realizada no Estádio do Pacaembu, em São Paulo, em 1º de junho de 2010, as centrais sindicais lançaram a Agenda da Classe Trabalhadora, apresentando propostas para os candidatos e candidatas que se apresentavam para as eleições naquele ano.

A Conclat de 2022 vem pautar a urgência de superar a grave crise que afeta o Brasil, tendo a promoção do trabalho decente, do crescimento da renda do trabalho e das proteções sociais, trabalhistas e previdenciárias como núcleo de uma nova proposta de desenvolvimento social e crescimento econômico. Trabalho Decente é um princípio que afirma o direito ao trabalho produtivo e de qualidade e a ampliação da proteção social, em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade. A OIT (Organização Internacional do Trabalho) define como objetivos para garantir o Trabalho Decente: respeito aos direitos no trabalho, especialmente os direitos fundamentais (liberdade sindical, direito de negociação coletiva, eliminação de todas as formas de discriminação em matéria de emprego e ocupação e erradicação de todas as formas de trabalho forçado e trabalho infantil).

Promover Trabalho Decente é condição fundamental para a superação da pobreza e das desigualdades sociais, para a garantia da governabilidade democrática e para o desenvolvimento sustentável. Os fundamentos do Trabalho Decente devem orientar nossa ação para a transformação do nosso país, de modo a ultrapassar todas as formas de desigualdades, a fome e a miséria e suplantar a precarização, a vulnerabilidade, a informalidade e a desproteção promovida e ampliada pelas reformas trabalhista e previdenciária, pela terceirização irrestrita e pelas iniciativas que atacaram direitos trabalhistas e a organização sindical.

Assim, apresentamos para a sociedade e para os candidatos às eleições de 2022 a presente Pauta da Classe Trabalhadora 2022, que será entregue aos candidatos e candidatas à Presidência da República e ao Congresso Nacional, aos postulantes aos governos dos Estados e às Assembleias Legislativas.

Medidas emergenciais

Garantir empregos, direitos, democracia e a vida

1. Manter e aprimorar as ações de **combate à pandemia de covid-19** e suas consequências sanitárias e econômicas.
2. Instituir a política de **valorização do salário mínimo**, com a recomposição da inflação e aumento real, para que no médio prazo o piso nacional seja capaz de atender às necessidades vitais básicas dos trabalhadores e trabalhadoras e de sua família, conforme definido na Constituição Federal.
3. Estabelecer o programa de **renda básica** como direito social articulado e integrado às políticas sociais, adequando-o aos diferentes formatos de famílias, como as famílias monoparentais chefiadas por mulheres.
4. **Combater a carestia e promover a segurança alimentar**, com a adoção de medidas para a redução dos preços da cesta básica de alimentos; fortalecimento da agricultura familiar; recuperação da capacidade operativa da CONAB (Companhia Nacional de Abastecimento) e da formação de estoques reguladores; e retomada das políticas de aquisição de alimentos.
5. Revisar a **política de preços administrados** (combustíveis, gás de cozinha, energia elétrica, medicamentos etc.), de modo a garantir menor impacto na renda de trabalhadores e trabalhadoras, além



Conferência da Classe Trabalhadora 2022
PROPOSTA de PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
Documento para análise das Centrais Sindicais

de isenção de tarifas públicas de energia, água e gás de cozinha para beneficiários dos programas de transferência de renda.

6. Estabelecer programa de **renegociação das dívidas das famílias**, em especial as dívidas de financiamento habitacional, em bases adequadas aos orçamentos familiares;
7. Retomar as **obras paradas e os investimentos** em infraestrutura econômica e social, serviços públicos e energia renovável, entre outros, gerando empregos de qualidade;
8. Criar políticas ativas de **geração de trabalho e renda** para enfrentar o desemprego, o subemprego, a rotatividade e a informalidade crescentes, com garantia de salário mínimo, previdência social e demais direitos trabalhistas, priorizando mulheres, população negra e juventude, bem como aqueles que enfrentam o desemprego de longa duração.
9. Resgatar o programa de reforma agrária e as políticas de **promoção da agricultura familiar** contemplando medidas como acesso a crédito, inclusive para renegociação de dívidas, assistência técnica rural e apoio logístico e à comercialização.
10. Promover programas de **proteção dos empregos** e garantir a **proteção aos desempregados** com seguro desemprego, formação profissional de qualidade, acesso à intermediação pública de mão de obra, vale transporte, inscrição nos programas de transferência de renda, descontos nas taxas de serviços públicos, entre outras medidas que assegurem dignidade aos trabalhadores, trabalhadoras e suas famílias até a recolocação no mercado de trabalho.
11. Promover uma reforma sindical que democratize o **sistema de relações de trabalho** no setor público e no setor privado, fundado na autonomia sindical, visando a incentivar as negociações coletivas, promover solução ágil dos conflitos, garantir os direitos trabalhistas, assegurar o direito à greve e coibir as práticas antissindicalistas, favorecendo a reestruturação da organização sindical para ampliar a representatividade e a organização em todos os níveis, estimulando a cooperação sindical entre os trabalhadores, o respeito às assembleias, inclusive com o financiamento solidário e democrático da estrutura sindical.
12. Promover em todos os espaços de governo a **participação social e a transparência** nos dados e informações e retomar espaços de participação como os Conselhos e as Conferências temáticas, além de incluir experiências inovadoras relacionadas à participação dos movimentos sociais e sindical.

Medidas estruturais

Direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais

13. Promover e garantir nas ações de governo e políticas públicas o **Direito ao Trabalho Decente** na cidade e no campo, no setor privado e no setor público, para assalariados, trabalhadores autônomos e demais formas de ocupação.
14. Revisar os marcos regressivos da **legislação trabalhista e previdenciária** no setor público e no setor privado, promovendo regras protetivas universais para assegurar os direitos aos trabalhadores e trabalhadoras em todas as formas de ocupação, atualizando-os permanentemente frente às mudanças no mundo do trabalho para garantir empregos de qualidade.



Conferência da Classe Trabalhadora 2022
PROPOSTA de PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
Documento para análise das Centrais Sindicais

15. **Reduzir a jornada de trabalho** para 40 horas semanais, sem redução de salário e com controle das horas extras; assegurar o direito às jornadas especiais de trabalho das profissões e categorias submetidas à sistemática especial de atividade ou organização do trabalho; e eliminar as formas precarizantes de flexibilização da jornada de trabalho. Além disso, é necessário incentivar o compartilhamento do trabalho doméstico e de cuidados entre Estado, homens e mulheres, de modo a reduzir a jornada de trabalho total das mulheres.
16. Instituir política nacional e setorial de promoção da **saúde e segurança** dos trabalhadores e trabalhadoras para retirar o Brasil da lista dos países com maior número de mortes e doenças relacionadas ao trabalho.
17. Regulamentar a proteção dos trabalhadores e trabalhadoras frente às **inovações tecnológicas** que resultam em desemprego ou em condições precárias de trabalho.
18. Garantir o reconhecimento do vínculo de **trabalhos mediados por aplicativos** nos casos em que se estabeleçam relações de emprego. Nos demais casos, promover o acesso à previdência social, ao controle da jornada de trabalho, à promoção da saúde e segurança, à transparência nos contratos de trabalho, ao pagamento de piso salarial e ao direito à organização sindical.
19. Recolocar o Ministério do Trabalho como coordenador do **Sistema público de trabalho, emprego e renda**, orientado à promoção, proteção e fiscalização das relações de trabalho, assegurando a aplicação dos direitos trabalhistas e previdenciários no combate às fraudes no uso de PJs (Pessoas Jurídicas) e MEIs (Microempreendedor Individual) e no combate ao trabalho infantil e ao trabalho análogo ao escravo.
20. Defender a Convenção 158 da OIT, que restringe as demissões sem justa causa, e regulamentar o parágrafo 4º do artigo 239 da Constituição Federal, que onera empresas e setores que utilizam a alta **rotatividade** no trabalho como forma de achatamento salarial.
21. Combater a alta **rotatividade de trabalho das mulheres**, instituindo a licença parental para progenitores ou adotantes de forma compartilhada, garantindo à mãe o período para a amamentação previsto na OMS (Organização Mundial da Saúde), além de assegurar **creche** em tempo integral e de qualidade, com horários compatíveis com as jornadas de trabalho parental.
22. Garantir as medidas de proteção à renda dos trabalhadores **assalariados rurais** nos períodos de entressafra.
23. Rever a legislação que autoriza a terceirização sem limites e sem proteções, bem como as terceirizações no **setor público** em suas diferentes modalidades, promovendo a contratação de servidores públicos concursados.
24. Promover medidas que mantenham a **juventude** na escola, favorecendo a entrada virtuosa e protegida no mercado de trabalho, tais como o acesso ao ensino médio profissionalizante e tecnológico e ao ensino superior públicos e de qualidade. É fundamental garantir ocupações que atendam aos critérios de trabalho decente e que permitam a conciliação entre trabalho, estudo e vida familiar e social, em especial para os setores da juventude que enfrentam maior vulnerabilidade.
25. Ampliar os investimentos em educação, ciência e tecnologia e na formação profissional. Oferecer política de **formação profissional** continuada e programas de elevação de escolaridade, tendo como princípios a educação integral e a participação paritária das representações de trabalhadores e trabalhadoras na concepção dos programas formativos.



Conferência da Classe Trabalhadora 2022
PROPOSTA de PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
Documento para análise das Centrais Sindicais

26. Promover a **economia solidária** através do cooperativismo, do associativismo e das redes de cooperação solidária. Revisar a legislação de cooperativas para adequar a tributação conforme seu porte (pequena, média e grande) e aumentar a fiscalização para combater fraudes trabalhistas.

27. Regulamentar a Convenção 151 da OIT de forma a garantir o direito à **negociação coletiva no setor público**.

Estratégia de desenvolvimento com redução das desigualdades

28. Articular as políticas de desenvolvimento produtivo com a **promoção da indústria nacional**, revertendo o processo de desindustrialização e reprimarização, com atenção para as micro, pequenas e médias empresas. Esse processo deve estar ancorado em investimentos em infraestrutura econômica e social, como habitação, saneamento básico, serviços de luz e telefonia, segurança alimentar, mobilidade, acessibilidade, saúde, educação, rede e conexão de *internet*.

29. Fortalecer o **Estado brasileiro** como agente promotor das políticas de desenvolvimento econômico e socioambiental sustentáveis, revendo as diferentes formas de privatização do Estado e fortalecendo o papel estratégico das empresas estatais, dos bancos públicos e dos serviços públicos universais e de qualidade no investimento público que promove o desenvolvimento produtivo, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico, ambiental e cultural do Brasil.

30. Revogar a Emenda Constitucional 95 (teto de gastos), garantindo que o **orçamento público** seja formulado para reduzir as desigualdades sociais e melhorar a vida dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiros e financiado por um **sistema tributário** pautado pela capacidade contributiva de cada brasileiro, pela progressividade dos impostos, revisão dos impostos de consumo e aumento dos impostos sobre renda e patrimônio (tributação sobre herança e riqueza, lucros e dividendos), visando à simplificação, à transparência e ao combate à sonegação.

31. Alterar a atual **política econômica**, priorizando o bem estar econômico e social, a busca pelo pleno emprego e a ampliação da massa salarial.

32. Promover o desenvolvimento nacional orientado para uma **economia de baixo carbono**, que recupere e preserve o meio ambiente, indutora de empregos de qualidade; formulando planos de transição justa para os empregos e para as comunidades afetadas; apoiando o desenvolvimento de processos produtivos e produtos sustentáveis em todos os setores, com especial atenção à exploração da biodiversidade e da extração mineral e vegetal; promovendo a agricultura familiar e da agroecologia; fomentando o investimento em energia limpa, renovável e acessível; investindo na indústria de recicláveis, de logística e manufatura reversa em escala compatível com o consumo nacional; investindo no tratamento adequado dos resíduos sólidos; e desenvolvendo soluções que reduzam a poluição nas cidades e no campo.

33. Garantir que as políticas públicas respondam ao objetivo de **superação das diversas formas de desigualdades**, inclusive a de acesso e permanência no mercado de trabalho das pessoas com deficiência, população LGBTQIA+, imigrantes, juventude, mulheres, população negra, população rural, povos e comunidades tradicionais do campo, das águas e das florestas, entre outros grupos, combatendo as práticas discriminatórias e de violência.

34. Assegurar o acesso universal à **seguridade social** - saúde, assistência social e previdência social - pública e de qualidade para todos os brasileiros e brasileiras, independentemente do tipo de vínculo de



Conferência da Classe Trabalhadora 2022
PROPOSTA de PAUTA DA CLASSE TRABALHADORA - 2022
Documento para análise das Centrais Sindicais

trabalho que possuam, estendido aos órfãos, viúvas e trabalhadores sequelados em decorrência da covid-19, viabilizando fontes sustentáveis de financiamento, entre elas o fim da DRU (Desvinculação de Receitas da União) sobre o orçamento da Seguridade Social. No setor da saúde, destinar os recursos necessários para que o SUS garanta o acesso universal, igualitário e gratuito, investindo no complexo industrial da saúde e na continuidade das ações de combate à pandemia da covid-19 e demais agravos à saúde.

35. Garantir **aposentadoria** para todos os brasileiros e brasileiras, que lhes assegure dignidade de vida, bem como a recuperação do poder de compra dos atuais aposentados articulada a uma política de promoção da melhoria das condições de vida dos idosos.